

v.33 n.2
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:
perspectivas latino-americanas em
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

v.33 n.2

Jul-Dez/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Líliá Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

➡ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

➡ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

➡ Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** **Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos**
Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** **Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?**
Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares
- 210** **Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais** *Tatiana Dahmer Pereira*
- 230** **Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas**
Maria Raimunda Penha Soares
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** **O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ**
Rosimar Borges
- 276** **Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social** *Tahiana Meneses Alves*
- 301** **O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)**
Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques
- 324** **Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial** *Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil*
- 349** **Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências**
Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva
- 375** **Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?** *Luiza da Costa de Deus*
- 396** **A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**
Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos
- 420** **Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil** *Susane Petinelli Souza*
- 445** **“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:**
mulheres negras e identidades *Laurita de Queiroz Bomdespacho*



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458**
Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)
Bárbara Zilli Haanwinckel et alia
- 476**
Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020) *Ana Cássia Alves Cunha et alia*
- 500**
As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal
Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais

Ações Afirmativas
Direitos Humanos
Legislação

O texto, a partir de pesquisa bibliográfica, qualifica algumas perspectivas decoloniais feministas para repensar parâmetros e qualificações analíticas no campo dos feminismos. A hipótese é que pensamentos decoloniais feministas possuem uma característica particular e mobilizadora ao se conformarem como processos - e não como uma epistemologia e metodologias fechadas, impulsionando deslocamentos e desafiando o repensar dos feminismos. Possui dois momentos: o do resgate de elementos explicativos das origens e sobre perspectivas decoloniais. A seguir, tratamos de algumas construções feministas decoloniais, fechando com considerações para continuidade do debate.

Tatiana Dahmer Pereira

Professora associada da ESS-UFF. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Assistente social formada pela UFRJ. Pesquisadora apoiada pelo CNPQ. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão TEIA - UFF.

Out of order: displacements of decolonial feminist insurgencies

The text, based on bibliographic research, it qualifies some decolonial thoughts perspectives to rethink analytical parameters and qualifications in the field of feminisms. The hypothesis is that decolonial feminist thoughts have a particular and mobilizing characteristic when conforming as processes - and not as an epistemology and closed methodologies, driving displacements and challenging the rethinking of feminisms. It has two moments: the rescue of explanatory elements of origins and decolonial perspectives. Next, we deal with some decolonial feminist constructions, closing with considerations for continuity of the debate.

Decolonial feminisms
Latin America
Women





Apresentação

As leituras decoloniais se consolidam hoje claramente como um complexo campo com epistemologias próprias e diversas, insurgentes contra imposições violentas fundadas na pactuação colonial de uma concepção hegemônica de mundo pós-século XVI. A compreensão sobre a origem de leituras decoloniais nos remete aos movimentos anticolonialistas, os quais explodem de forma mais significativa a partir dos anos de 1960. Porém, vários saberes, conhecimentos e vivências já se construía ao longo de processos permanentes de resistências às dominações colonialistas, a exemplo de algumas bastante emblemáticas, como a revolta de São Domingos, no Haiti (1791-1804)¹.

O artigo em questão propõe situar elementos críticos sobre pensamentos decoloniais feministas, com especial foco na produção latino-americana, qualificando nessas perspectivas aspectos que nos auxiliam, pela força do enfrentamento, a repensar parâmetros e qualificações analíticas no campo dos feminismos.

Sem pretensões conclusivas, sinalizaremos ao final algumas provocações importantes trazidas por autoras africanas quanto ao que permanece ou pode ser contraditório dentro de leituras decoloniais, a exemplo da própria forma como se utiliza gênero como categoria analítica, por exemplo.

Temos ciência da complexidade, fluidez e riqueza dessas construções e não temos a pretensão de sistematizar aqui a amplitude do debate – mas construir nossa argumentação em torno de algumas perspectivas feministas decoloniais críticas como processos de insurgência e de resistência voltados à visibilidade, disputa e afirmação de outras narrativas.

Para tanto, recuperamos aspectos que consideramos relevantes trazidos por parte das perspectivas decoloniais feministas. Como sinalizamos, temos como hipótese que *os pensamentos decoloniais feministas possuem uma característica particular e mobilizadora, que é se conformarem como processos - e não como uma epistemologia e metodologias fechadas e estruturadas.*

São, para além de um campo de produção de conhecimento, mobilizadores de recursos e de ferramentas analíticas as quais permitem deslocamentos importantes em relação aos eixos tradicionais de se pensar poder e legitimidade em nossa



sociabilidade capitalista ocidental. Essa é a nossa hipótese, que sustenta nossa argumentação e que constitui o corpo analítico desse artigo.

Em um primeiro momento, apresentamos alguns aspectos da emergência do que hoje se nomeia como pensamento feminista decolonial (LUGONES, 2014; SEGATO, 2009, 2016). Porém, é importante compreender quais as conexões com aquilo que de fato é uma base originária de movimentos feministas: questionamentos em torno de assimetrias, opressões fundadas nas relações de poder socialmente naturalizadas.

Talvez por isso pensamentos decoloniais críticos sejam, nos tempos presentes, desconfortáveis quando se trata da afirmação de alguma estabilidade de saber, mesmo que para aglutinar forças para o adensamento dessas perspectivas em três esferas articuladas que se influenciam com intensidades distintas - a das lutas sociais, da academia ou institucionais, voltadas à formulação de políticas públicas e de reconhecimento de direitos.

Considero que sua importância reside exatamente nisso, mas nos obriga a investir nessa busca de compreensão sobre os elementos históricos, em uma leitura a contrapelo (BENJAMIN, 2013) da própria história, a qual nos auxilie a lidar com a complexidade da formação do mundo moderno ocidental e suas violências.

É neste sentido que é possível conhecer, de forma mais honesta, as diferentes visibilidades de *sujeitos na história*, ouvindo a diversidade de narrativas, reconhecendo violências originárias perpetuadas, questionando compreensões universalistas impostas sobre humanidade e bem como considerando os dilemas e problemas advindos das promessas não cumpridas pela modernidade.

Nosso argumento se organiza inicialmente qualificando a noção de pensamento feminista decolonial, com enfoque em algumas autoras. Tem como importantes construções, reflexões como as de María Lugones (2014) e de Rita Segato (2016), na América Latina, para a sistematização e conformação de resistências decoloniais de gênero.

Traz enfoques outros, como o de Oyerònké Oyèwùmí (2021) que problematiza a construção de categorias analíticas como gênero como instrumento ocidental universal de análise das relações sociais de sexo construídas em cada lugar.

Ao mesmo tempo, demarcamos aqui o reconhecimento de importantes contribuições e usos analíticos (sempre políticos) da contribuição de autoras relevantes que problematizam a questão a partir da ferramenta interseccional, mas também as que o fazem antes mesmo desta nomeação² e a partir de um lugar, a América Latina.

Por fim, tecemos algumas considerações para contribuir com a continuidade e desdobramentos do debate, apostando nessa construção dos deslocamentos e no desafio do saber como poder sobre bases bastante distintas da colonialidade em que é produzido.

Algumas considerações iniciais sobre perspectivas decoloniais

Iniciamos nossa reflexão trazendo as ricas contribuições de autoras latino-americanas e originárias de países africanos para pensar sobre a construção de campo diverso de resistência às dominações – nas palavras de Lugones (2014), que trata das questões das e sobre as mulheres de cor.

Os feminismos decoloniais assumem, como movimentos diversos e processos políticos particulares antes mesmo de sua nomeação como tal, posturas insurgentes contra imposições universalistas trazidas pela violência colonial e o “combo” que esta representa, muitas vezes materializadas nas leituras universalizantes dos feminismos hegemônicos.

O colonialismo, processo violento que instaura a era moderna a partir do século XVI, consiste em movimento de expansão belicista de interesses mercantis (e de dominação territorial, caracterizado pela brutalidade da dominação de povos originários nos lugares alcançados pelas embarcações de povos europeus.

Especialmente, demarca o espraiamento de uma sociabilidade eurocêntrica automeada como civilizatória, descrita a partir de uma ideia de história universal, imprimindo narrativas únicas, a exemplo da ideia de “descobrimto” de um novo mundo. Esse movimento de expansão belicista e mercantil é caracterizado por Todorov (2019) como “um encadeamento terrível, em que compreender leva a tomar e tomar, a destruir” (p. 183).

É indissociável, na literatura crítica decolonial, como o colonialismo se constrói a partir do reconhecimento das diferenças de uma forma bastante peculiar – pela constituição identitária atribuída



por aqueles que possuem poder bélico, pela nomeação de povos originários como sendo o “outro”.

Esse movimento, longe e de forma oposta ao reconhecimento da alteridade como diversidade, engendra a naturalização de uma ideia de diferença marcada pela hierarquia, subjugação e pela destruição daqueles(as) que não são semelhantes ao *homem* europeu – e propositalmente grifamos a palavra homem para sinalizar a centralidade e, na perspectiva da fenomenologia existencialista de Beauvoir (2009)³, a essencialidade deste nas relações de poder na formação do mundo moderno.

Observamos como essa própria noção obnubila existências pregressas a partir da imposição de significados únicos, deslocando lugares de povos originários em função da centralidade e das atribuições construídas pelo homem (cristão) europeu.

É na substância dessa forma de expansão que a dominação violenta de corpos, de expropriação de bens e de riquezas naturais, de imposição de olhares culturais/filosóficos e religiosos que ocorrem na complexidade dada pela construção da noção do outro (incorporada por diferentes autores como Fanon (2008), Mbembe (2018), Segato (2009, 2016), Todorov (2019)) é alimentada pela subjugação e desvalorização de quem não se enquadra na definição universal de ser humano e vivencia formas de ser, existir e de experiências particulares - em nome da afirmação da centralidade de uma razão humanista cristã medieval.

Essas construções se referem, antes de tudo, a uma importante questão: a do poder no mundo moderno – e, necessariamente, sobre como se constrói uma lógica e um *ethos* de poder, o espírito europeu da modernidade (nos termos de F. Hegel), marcado por essa perspectiva hierárquica, disciplinadora e de matriz cristianizada, androcêntrica/patriarcal, possessiva e racializadora. Tratamos sobre tais adjetivações ao longo de nossa argumentação.

Para Quijano (2009), por exemplo, é preciso demarcar essa construção de poder originária com o colonialismo ressaltando uma adjetivação importante: a colonialidade como substantivo que qualifica a construção identitária a partir do colonialismo ao “descobrir” e nomear os outros a partir da referência eurocentrada. Este é um padrão de poder conformado a partir dos colonialismos.



Há enfoques outros distintos dessas perspectivas decoloniais as quais as explicam ao recuperar o surgimento sobre as mesmas, como é possível encontrar na contribuição de Walter Dignolo (2017)⁴. O autor se esforça em sinalizar o surgimento destas a partir do que reconhecemos como países periféricos à dinâmica central do capitalismo inaugurada como o colonialismo.

Porém o faz ainda bastante marcado pela ambiguidade de epistemologias e terminologias eurocentradas, a exemplo do uso da noção de “terceiro mundo” e a narrativa descritiva da história com base na ideia de ruptura advinda das mudanças com o fim da Guerra Fria nos anos de 1980/90.

Retomando o nosso eixo argumentativo, Quijano (2009) parte da premissa que é impossível desvincular a colonialidade da conformação do poder capitalista, pois esta é

um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (p. 73).

Para substancializar o que entendemos como lastros do pensamento eurocêntrico, é preciso considerar processos históricos que nos ajudam a entender o espírito da era moderna.

Alguns são bem centrais, denotam da processualidade histórica contraditória e das contradições e conflitos do período compreendido entre os séculos XII e XVII. O primeiro que sinalizamos é o longo período das diferentes Inquisições na Europa com a promoção das caças às bruxas, conformando o que Federici (2017) sinaliza como a acumulação primitiva em território europeu a partir da despossessão de saberes femininos, da criminalização e da domesticação das mulheres, incidindo na refuncionalização de seus corpos para fins reprodutivos com base em ações violentas de aniquilação em fogueiras daquelas que se insurgiam.

A segunda determinação importante da formação desse espírito de época é a expansão mercantil realizada a partir do que se nomeia como as Grandes Navegações, como chave constitutiva da primeira globalização. Todorov (2019) nomeia esse processo



como uma guerra, por se caracterizar como ações violentas de dominação e de conquista territorial.

A invasão de terras no continente das Américas promoveu, em um primeiro momento, ações belicistas de dominação, tentativa de subjugação e de genocídio de povos indígenas originários. Concomitante a isso, nesse período, Williams (2012) nos mostra em sua rica pesquisa histórica, como a primeira mercadoria universal no século XVI são pessoas negras, não reconhecidas como seres humanos e, para a Igreja Católica, desprovidas de alma, vendidas para fins de exploração da mão de obra e subjugadas às relações escravistas nas Américas. Para o autor, a respeito das atividades mercantis ultramarinas da Inglaterra e da França, o próprio comércio das pessoas negras capitaneado, entre outros, pela Companhia das Índias, era lucrativo em si e parte fundamental do comércio triangular, desmobilizando argumentos que apenas o extrativismo escravista de recursos naturais fosse a atividade-fim voltada à acumulação primitiva - e que o escravismo era um elemento impeditivo para a implantação de relações capitalistas em territórios fora da Europa a partir do século XVIII.

O movimento filosófico cultural conhecido como Renascimento, surgido no século XIV em Florença - no que virá a ser a Itália e perdurando até o XVII - soma-se como um terceiro aspecto a essa construção da ideia de humanidade e reorienta a perspectiva da centralidade do teocentrismo, constituindo um determinado tipo de ser humano pautado em um ideal clássico de beleza (ilustrado pela figura do Homem Vitruviano, de Da Vinci, em 1490) como o centro do universo - ainda que não rompesse com a crença na existência metafísica de um Deus monoteísta cristão.

A quarta determinação fundamental é a Reforma Protestante (1517), expressão das contradições e cisões no campo dos cristianismos da Igreja Católica - que era o Estado - e que ressignifica o trabalho e a própria compressão sobre o ser humano ao ontologizá-lo.

Para Benjamin (2013), em leitura dissonante da de Max Weber - o cristianismo não se adapta a uma ética do capital, ele é, em si, e na sua forma de universalização das relações mercantis e dos seus ritos, o próprio capitalismo, na medida em que "está a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas resoluções quiseram oferecer





respostas” (p. 21)⁵. E, como tal neste contexto da sociabilidade burguesa, a religião não é mais a reforma do ser, mas o seu esfacelamento.

A ascensão da razão iluminista, em contraposição ao que existia como forma de poder no Absolutismo medieval, conforma uma crença racionalista na certeza do controle, do saber, da capacidade do indivíduo em encontrar respostas para as suas questões e, nas incursões pelo mundo conhecer, identificar, nomear e, então, classificar a partir da relação vertical entre quem possui uma dada forma de conhecimento, o sujeito, e quem se deixa conhecer, o objeto.

A partir da razão iluminista, expressão da conformidade do *ethos* burguês no esteio da trajetória contraditória e predatória de uma nova ordem social, Quijano (2009) sinaliza como

foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a medição, a externalização (ou objectivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controlo das relações dos indivíduos com a natureza e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção (p. 74).

Por fim, a conformação geopolítica dos Estados Nação impondo violentamente uma contiguidade territorial, uma norma culta linguística e, junto a isso, uniformidade cultural em um processo até hoje não resolvido socialmente em diferentes lugares na Europa – a exemplo da Cataluña, na Espanha e dos conflitos no Reino Unido entre Inglaterra e Irlandas – e muito menos na imposição construída em relação às (ex)colônias.

Tais apontamentos anteriores são ingredientes da conflituosa construção das relações societárias modernas, ocorridas mais a partir de conflitos e tensões do que marcada pelo ordenamento voltado ao progresso como um elemento caro à sociabilidade moderna. Necessariamente os problemas referem-se às relações de poder e de legitimidade da produção do saber – orientadas prioritariamente pela forma mercadoria como elemento ordenador do mundo.

Compreendendo, de forma direta, *saber como poder*, é importante reforçar a centralidade dos lugares tanto da racialização como da genderização nesta construção. Em relação





ao primeiro ponto, a racialização, ela assume uma forma distintiva particular ao pensamento moderno a partir da “descoberta” do outro, como sinaliza Mbembe (2018) ao argumentar sobre como o negro é uma invenção do europeu a partir do aporte às terras africanas.

Já a genderização expressa nas distinções relacionais entre os gêneros a partir da difusão identitária universal com base no que mencionamos antes da destituição e expropriação de saberes das mulheres tanto em territórios da Europa, quanto das colônias – empobrecendo essa construção à redução da relação binária entre masculino-feminino, e objetualizando as mulheres e seus corpos para diversificados fins.

A definição relacional do que é o feminino em função do masculino parte – nesse mesmo mundo moderno que tanto se vangloria por contribuir para superação de metafísicas a partir da razão cientificista - da construção biologicista essencializadora em torno dos seres humanos.

Esse aporte hegemônico naturaliza construções sociais e as difunde como experiências universais a partir do que Segato (2016) denuncia como uma permanente guerra contra as mulheres, ingrediente fundante da misoginia particular à noção de patriarcado moderno.

Com o desdobrar das relações sociais historicamente contraditórias, passando pelo processo de acumulação primitiva do colonialismo, tão fundamental para a consolidação do capitalismo como forma social do mundo moderno, institui-se a partir dos processos assinalados anteriormente e em curso desde trezentos anos antes das revoluções burguesas, as construções de uma sociabilidade que gira a partir das relações mercantis e da centralidade do individualismo possessivo (MACPHERSON, 1979), sujeito-chave para a constituição de uma noção universal de ser humano. Não à revelia, branco, europeu, homem e proprietário.

Estas são as bases da construção do que depois se afirma como modernidade – e que possui por centralidade a racialização e a genderização e, a partir do século XVIII, do classismo – e acomoda-se na naturalização de essencialismos, hierarquias e das violências impostas por essa perspectiva central de se definir o que é o ser humano.



Mbembe (2018) em sua construção da terminologia “razão negra” com base nos campos da fenomenologia e da psicanálise e em profícuo diálogo com a obra de Frantz Fanon (2008), demonstra a ambiguidade dessa construção no ocidente, nos traz algumas definições precisas sobre a construção da alteridade em relação à raça, esta como “um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas, sobretudo, de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes” (p. 24). Sob os pilares da violência colonial, relaciona-se racialmente com o outro encontrado nas invasões como o

que se apazigua odiando, mantendo o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o Outro não como semelhante a si mesmo, mas como objecto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controlo total (MBEMBE, 2018, p. 25).

A nomeação e identificação a partir da eurocentricidade atribuíam à África e ao negro a perspectiva de “símbolos acabados desta vida vegetal e limitada” (MBEMBE, 2018, p. 28).

Assim, reforçamos o quanto o debate sobre identidades não pode ser tratado como algo secundário ou periférico, de pouca importância no campo da teoria social crítica e por parte de quem se insurge contra opressões e injustiças. É aqui que a importância das leituras diversas de pensadores(as) decoloniais nos remete aos desafios de reconstrução de nossas perspectivas políticas, filosóficas e intelectuais – existenciais, em síntese. Essa revisão acaba por nos causar deslocamentos coletivamente construídos sobre como pensamos formas de resistência e o trato com o poder no campo dos movimentos sociais e das esquerdas.

Segato (2007) nos chama atenção para o quanto as políticas de identidade, a construção das diferenças e a própria formação nacional de alteridade são processos encadeados entre si e determinadores da uniformidade com que se trata a ocidentalidade⁶ traduzindo-se em uma sorte de opressões e violências.

Originárias de movimentos anticolonialistas que tematizam e problematizam a métrica epistêmica imposta pelo universalismo eurocêntrico da razão iluminista como consenso na construção de narrativas, produção de conhecimento e matriz explicativa

do mundo conformando uma história universal e única, trazem divergências e particularidades relacionadas às formações sociais e movimentos específicos que as formam.

Diálogos com feminismos decoloniais latino-americanos (e africanos)

No campo do que reconhecemos, genericamente, como feminismos decoloniais, encontramos problematizações relevantes e pertinentes não apenas no enfrentamento aos próprios movimentos feministas hegemônicos, mas, centralmente, a guinadas quanto às perspectivas de onde partem as análises. Isso demarca outros lugares tanto de origem, como de processos e direções das questões postas, quanto de como se colocam os problemas a partir desses olhares.

As críticas à modernidade, marcadas pelas violências originárias de sua conformação e, em outros enfoques, pelo ressentimento às promessas não cumpridas, expõem os dilemas da própria razão eurocêntrica moderna e questionam a definição externa de história e identidade universalistas. Essas construções possuem raízes como tematizações coletivas, distintivas e fundamentadas em histórias particulares dos diferentes povos a partir dos movimentos de resistências e lutas anticolonialistas originárias desde o século XVIII (LOSURDO, 2020) até tempos recentes, quando são bastante visibilizadas a partir dos movimentos anticolonialistas, antissistêmicos, pacifistas e de contracultura dos anos de 1960.

Escritos, reflexões, sistematizações com base em vivências e narrativas que rompem com perspectivas eurocentradas podem ser encontradas em autoras e autores ao longo de todo o século XX, resgatando e recontando perspectivas históricas diferentes (FANON, 2008; JAMES, 2010).

Mas, é importante ressaltar que, para além das lutas cotidianas para a construção desse saber, assegurar visibilidade e difusão das leituras furando redomas das concepções hegemônicas de poder e de saber se configura desafio tão significativo quanto compreender suas construções.

No campo dos feminismos críticos, como movimentos de resistências e de questionamentos sobre preceitos que estruturam o mundo moderno, perspectivas decoloniais possuem



características bastante específicas e distintas entre si, pois expressam leituras que preservam construções vinculadas a cada cultura, experiência e existência de povos singulares.

María Lugones (2014) é uma autora bastante relevante para a conformação do pensamento decolonial feminista na América Latina. Resgatamos alguns pontos de sua importante contribuição, cuja formulação inicial sistematiza conceitos, questionamentos e reflexões de movimentos decoloniais e constrói uma abordagem própria e importante. Lugones (2014) assinala que propôs “uma releitura da própria modernidade capitalista colonial moderna” na medida em que considera que “isso se dá porque a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habituam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (p. 935).

Os contextos e territórios de construções decoloniais têm importante marca na América Latina, embora seja fundamental assinalar leituras distintas e relevantes nesse sentido originárias do continente africano (a exemplo de Oyewùmí, 2021) e de partes dos feminismos asiáticos. A autora em questão, Oyewumí (2021) problematiza a influência e a formatação da episteme ocidental, especialmente a demarcada pela biologia, como base do enraizamento do pensamento ocidental, que acaba por usar o corpo como fundamento da ordem social. Para essa autora, no ocidente “as explicações biológicas parecem ser especialmente privilegiadas em relação a outras formas de explicar diferenças de gênero, raça ou classe. A diferença é expressa como degeneração” (p. 27)⁷. Ela sinaliza, no entanto, que “nos últimos tempos graças em parte à pesquisa feminista, o corpo está começando a receber a atenção que merece como local e como material para a explicação da história e do pensamento europeus” (p. 34), problematizando a histórica ontologização da categoria de gênero na formação do mundo moderno e no pensamento ocidental que designa à sociedade a preservação desse “legado genético”.

Algo importante trazido pela autora é o reconhecimento do valor em torno da percepção do gênero como algo socialmente construído, oriundo da segunda onda do feminismo em meados do século XX. Porém, ressalta o quanto essa análise acabou por cair na armadilha dual de separar gênero de sexo, tratando a





primeira categoria como socialmente construída e, a segunda, como biologicamente determinada – por fim, incorrendo em essencialismos.

Esse dilema se apresentou para o campo dos feminismos como algo bastante delicado de ser superado e os debates presentes nos movimentos de diversidade sexual tensionaram bastante o sentido e os usos de gênero de forma indissociável de sexo e passível de conformar diferentes identidades de acordo com vivências das pessoas que se insurgem contra as normatizações.

Nessa linha, estudos antropológicos⁸ contribuem significativamente para a ruptura de leituras que acabam, em alguma medida, mergulhadas em um essencialismo, mesmo que o façam a partir da biologia - como um destino no mundo ocidental, para Oyéumì.

É importante sinalizarmos como algumas contribuições ao debate partem de outras epistemologias anticolonialistas, como, por exemplo, a contribuição da indiana pós-colonialista Spivak⁹ (2019), expondo e visibilizando pautas próprias e questões específicas de diferentes mulheres no mundo a partir de uma perspectiva mais pós-estruturalista.

Nesse sentido, chamamos a atenção para uma afirmação nossa, de dimensão intuitiva e talvez pouco lapidada, sobre como essa dimensão geopolítica de poder construída a partir da expansão colonialista pode conformar armadilhas mesmo para figuras emblemáticas de feminismos críticos. Angela Davis - negra, feminista interseccional, comunista, antirracista e abolicionista, norte-americana - constrói reflexão pessoal delicada e significativa (DAVIS, 2017) sobre as armadilhas do colonialismo e do etnocentrismo na incursão ao Egito para falar com (e sobre as questões das) as mulheres de lá.

Em sua reflexão, nos é claro o quanto a ferramenta interseccional precisa ser exercitada reflexivamente a partir da orientação política anticolonialista, encontrado eixos de diálogo e construção costuradas a perspectivas decoloniais críticas.

Ou seja, conhecer e estudar perspectivas decoloniais nos coloca desafios importantes em relação a alguns pontos entremeados entre si, como uma rede.





O primeiro refere-se à abertura à formação humana/política crítica que busca (re)conhecer diferenças, particularidades e alteridades a partir de historicidades, das vozes que as constroem (e não de quem fala pelas pessoas que lutam por essa existência), procurando entender cada elemento que substancia cada construção.

Assim, como segundo ponto, as contribuições das perspectivas decoloniais não podem ser tratadas a partir dos conceitos que nos aparecem, como novidades epistêmicas ou “modismos intelectuais”, como um adereço que nos permita entrar no circuito da diversidade sem o reconhecimento dela própria e de suas construções particulares. Não pode, de forma alguma, se reproduzir em uma busca hierarquizadora de poder, utilitarista, que vise à legitimação acadêmica ou política de quem recorre a essas perspectivas.

Se faz necessária a compreensão mais aprofundada sobre os contextos que se forjam, insuflados por quais questões específicas a partir da dinâmica de dominação geopolítica do capital como relação social. Essas questões se articulam contra - mesmo que com contradições - a imposição da universalidade epistêmica e à conformação de poder capitalistas modernas.

Um terceiro talvez se refira a uma vigilância ética e política quanto às armadilhas epistemológicas conformadas pela eurocentricidade como algo não externo a nós, mas enraizado a partir da educação e da formação que recebemos como sinalizado brevemente no relato de Davis sobre as mulheres do Egito.

Por fim, um ponto bem relevante, na nossa leitura, é o desafio de construção de perspectivas decoloniais a partir de ferramentas interseccionais específicas – coadunadas com o campo da teoria social crítica que considere a interseccionalidade capaz de partir de historicidades e determinações complexificadoras da existência humana e não como uma abordagem que trata de um somatório de dimensões.

Considerações para diálogos futuros

O presente texto se propôs a refletir sobre contribuições originárias dessas formas de resistência conformadoras de leituras decoloniais, em particular as que se nomeiam como feministas críticas na América Latina. Orientou-se pela hipótese que os





pensamentos decoloniais feministas possuem uma característica particular e mobilizadora, se conformam como processos e não como epistemologias e metodologias fechadas e estruturadas.

Partimos, também, de duas premissas dos feminismos, a politização do privado e da existência, jogando luz crítica e desnaturalizadora em relação à natureza do poder no mundo moderno.

Procuramos:

- recuperar as bases de visibilização e conformação de perspectivas decoloniais críticas conformando campos de insurgência quanto à colonialidade do poder e do saber;
- situar algumas poucas, mas relevantes construções de feminismos decoloniais latino-americanos;
- problematizar desafios na pontual relação com outras perspectivas decoloniais em outros lugares, como o continente africano e mesmo a Ásia.

O propósito não é pretensioso, na medida em que se limitou à modesta sistematização parcial sob o fio condutor da relevância dessas perspectivas para repensarmos os próprios feminismos e as saídas possíveis que não reproduzam opressões em busca de consensos uniformizadores.

O problema central de enfrentamento de uma histórica única e de todos os rastros de sangue, silenciamento, extermínio que esse enfoque carrega consigo apresenta desafios significativos para os pensamentos feministas decoloniais, a saber, o seu reconhecimento, antes de tudo, como um movimento complexo que engendra diferentes formas de resistências e pressupõe não apenas a denúncia e a desnaturalização de violências e opressões, mas, de forma propositiva, a construção de categorias analíticas próprias, de epistemologias particulares e de movimentos de pensamento os quais, ao mesmo tempo em que possuam estruturas específicas, não incorram na armadilha de reproduzir o anverso da forma tradicional iluminista.

O desafio é, ao se pensar através de tais perspectivas, expor de forma a se fazer compreender posicionadamente desde o seu lugar de construção.

Para isso, como assinala Lugones (2014), é preciso decolonizar o pensamento, mas fazê-lo sem reproduzir inconscientemente





categorias e movimentos analíticos os quais impõem uma forma do pensar.

Neste sentido, situamos como a autora do presente texto escreve a partir de um lugar e a narrativa acaba por ser pautada pela leitura clássica acadêmica sobre a produção do conhecimento, apresentando também limites.

O primeiro elemento a se qualificar aqui é como o próprio termo decolonial conforma uma diversidade de leituras marcadas por olhares específicos e articuladas a movimentos em curso e manifesta, necessariamente, formas de resistência.

Portanto, do mesmo modo que existem feminismos – no plural –, a perspectiva decolonial pressupõe a pluralidade de olhares vinculados a movimentos sociais, mobilizações e de organizações históricas diversas, com marcas específicas de sua formação em cada lugar, que buscam tematizar suas próprias questões.

Como construções em processo, trazem ricas contribuições para aquilo que é algo fundamental para o pensar efetivamente crítico e reflexivo: o movimento do pensamento, o deslocamento permanente de certezas cristalizadas, sem incorrer em relativismos, justamente por realizar o exercício de se desprender de uma referência única e central.

Partilhamos, aqui, da identidade com um determinado campo de pensamento decolonial feminista que articula possibilidades de usos da ferramenta analítica da interseccionalidade, visando assegurar a compreensão das processualidades históricas com base na compreensão sobre origens da formação desigual do mundo moderno e as correlações geopolíticas de força, as quais conformam também determinações sobre configurações territoriais de resistências.

Tais premissas políticas são fundamentais não apenas como enfrentamento do que esses movimentos denunciam como um epistemicídio, mas como visibilização teórico-conceitual e política sobre o direito básico à existência diversa e a construção de sentidos múltiplos versus a imposição de consensos e massificações sobre o ser. Esses movimentos são preciosos para que se possa incidir politicamente na esfera pública em mobilizações por direitos que incorporem e atendam à diversidade de existências.



Referências

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- DAVIS, Angela. *As mulheres do Egito: uma perspectiva pessoal. Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HERDT, Gilbert. *Third Sex, Third Gender: Beyond Sexual Dimorphism in Culture and History*. England: Zone Books, 2020.
- JAMES, Cyril L. Robert. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LOSURDO, Domenico. *Capitalismo e luta anticolonial*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952 set./dez. 2014.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2018.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- OYEWÙMÍ, Oyérónké. *A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SEGATO, Rita Laura. *La nación y sus otros – raza, etnicidad y diversidad religiosa em tiempos de políticas de la identidad*.

Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica a alteridade ? *In: Pensamento Feminista. Conceitos fundamentais*. BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. 5. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019. (Biblioteca do pensamento moderno).

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. 1. ed. — São. Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Notas

1 A revolta de São Domingos – ou revolução haitiana – foi, entre todas as revoluções de pessoas escravizadas desde a Antiguidade clássica até os tempos modernos, a única vitoriosa, nos lembra Jacob Gorender. Após 15 anos, a insurreição consegue tanto o fim da escravidão, quanto a liberdade da colônia em relação à França. Essa história marcante é contada por C. L. R. James em *Os Jacobinos Negros*, escrito em 1938. ↑

2 Aqui nos referimos, especificamente, à filósofa Lélia Gonzalez (1935-1994), que denunciava sistematicamente o racismo em nossa sociedade, tecia as malhas de conexão entre racismos e feminismos e defendia a construção de um feminismo afro latino-americano. ↑

3 Sob o tema das contradições e limites de cada pessoa em seu tempo, Simone de Beauvoir (1808–1986) é um bom exemplo. A autora - francesa, branca, de origem social burguesa, cuja relevante obra *O segundo sexo* contribuiu fundamentalmente para a quebra de uma noção essencialista de mulher e para se pensar a condição feminina nas décadas de 1940 e de 50 na França social e relacionalmente construída - utiliza a base teórica construída por ela e por Sartre do existencialismo francês situado no amplo campo da fenomenologia. Sua elaboração sobre a mulher como o outro daquele que é, na modernidade, o essencial da existência humana, o homem, nos auxilia a pensar como isso dinamiza relacionalmente essa órbita periférica e hierarquizada da construção do feminino junto às mulheres nas diferentes etapas e esferas da vida: desde a infância, passando pela adolescência e juventude, especialmente a partir do que se espera das mulheres creditando-as uma essência feminina. É um trabalho de fôlego e de referência, marcado por polêmicas de todos os vieses ideopolíticos, mas que utiliza centralmente o constructo de se pensar problemas comuns à mulher – como se essa existisse universalmente. ↑

4 Ressaltamos as diferenças existentes no campo dessas perspectivas, inclusive no que tange aos termos utilizados e à compreensão sobre suas naturezas. Por exemplo, Mignolo (2017), com base em uma abordagem pós-moderna, utiliza tanto o termo decolonial, quanto descolonidade (grifo nosso) e a considera um conceito oriundo, em suas palavras, do “terceiro mundo”, sendo esta “a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade” (p. 14). Neste trabalho específico ele nos traz contribuições bastante pontuais sob sua perspectiva no resgate da emergência dessas construções. ↑

5 Seu ensaio recupera elementos ritualísticos da construção dessa sociabilidade. Três características são assinaladas por ele como centrais: o utilitarismo, como coloração religiosa; a duração permanente do culto e o caráter culpabilizador do culto. Não nos cabe aqui derivar sobre isso, mas vale indicar a conexão desses elementos com a conformação do patriarcado moderno, da adequação dos corpos das mulheres e da construção do ideal de família burguesa, bem como das relações monogâmicas e de subjugação das mulheres à dimensão reprodutiva do trabalho – e do trabalho reprodutivo. ↑

6 É também interessante sinalizar, por outro caminho, a rica contribuição de Edward Said (2007) sobre a construção do orientalismo e a divisão do mundo em dois pólos a partir da razão moderna. ↑

7 O uso da palavra corpo, para a autora, possui duas dimensões: o que ela nomeia como uma metonímia para a biologia e “para chamar a atenção para a fisicalidade pura que parece estar presente na cultura ocidental” (p. 27). ↑

8 Herdt (2020) demonstra em seus estudos como a dismorfia de gênero é um padrão social e culturalmente imposto a partir do ocidente sobre o sistema sexo-gênero, que exclui outras formas de construção identitárias e de existências. Como exemplo do quão limitador essa abordagem dismórfica é, estuda e apresenta etnograficamente contextos em que existe a construção social e a aceitação de um terceiro gênero na Índia. ↑

9 Gayatri Chakravorty Spivak (1942-...) é uma autora indiana situada no campo do pós-colonialismo e que constrói historicamente sua contribuição a partir da crítica cultural e de questões de gênero, dentro de um campo epistêmico do pós-estruturalismo e partilha da perspectiva da pós-modernidade, bem distinta de nossa abordagem. ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).